

Companhia
Energética do
Maranhão S.A. -
CEMAR

**Informações trimestrais em
30 de setembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações trimestrais	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Energética do Maranhão - CEMAR
São Luís - MA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao período findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nesta data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nesta data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Fortaleza, 09 de novembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/09/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	30/09/2017	31/12/2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		519.707	564.940	Fornecedores	12	363.803	305.167
Investimentos de curto prazo	5	756.892	795.960	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		17.608	11.949
Contas a receber de clientes	6	788.961	746.057	Empréstimos e financiamentos	13	761.634	484.364
Contas a receber - bandeiras tarifárias		409	1.954	Debêntures	14	210.244	114.982
Serviços pedidos		49.149	41.856	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	7.750
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	96.107	-	Impostos e contribuições a recolher		102.439	84.453
Depósitos judiciais	16	11.547	18.629	Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		6.799	-
Instrumentos financeiros derivativos	23.4	51.103	60.062	Dividendos		202.739	76.817
Estoques		4.201	10.856	Encargos do consumidor		17.073	7.689
Impostos e contribuições a recuperar		38.080	36.186	Contribuição de iluminação pública		11.747	14.714
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		41.519	41.314	Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética		18.145	25.485
Outros créditos a receber	8	61.168	19.795	Participação nos lucros		30.826	38.397
Total do ativo circulante		2.418.843	2.337.609	Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	16	34.735	35.829
				Outras contas a pagar		71.680	74.036
Não circulante				Total do passivo circulante		1.849.472	1.281.632
Contas a receber de clientes	6	129.871	101.297	Não circulante			
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	72.675	50.551	Empréstimos e financiamentos	13	832.471	1.198.153
Depósitos judiciais	16	41.794	24.759	Debêntures	14	564.740	673.258
Impostos e contribuições a recuperar		65.002	64.293	Impostos e contribuições a recolher		1.542	1.370
Outros créditos a receber	8	11.052	11.323	Imposto de renda e contribuições social diferidos	15	226.672	185.956
Ativo financeiro da concessão	10	1.279.573	1.048.121	Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	16	60.688	56.150
Intangível	11	1.957.562	1.990.240	Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética		41.145	41.145
Total do ativo não circulante		3.557.529	3.290.584	Outras contas a pagar		14.641	14.330
				Total do passivo não circulante		1.741.899	2.170.362
				Patrimônio líquido			
				Capital social	17.1	1.025.318	929.620
				Reservas de capital		674	674
				Reservas de lucros		1.024.285	1.245.905
				Lucro acumulado		334.724	-
				Total do patrimônio líquido		2.385.001	2.176.199
Total do ativo		5.976.372	5.628.193	Total do passivo e patrimônio líquido		5.976.372	5.628.193

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

Demonstrações do resultado

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016 Reapresentado	01/07/2016 a 30/09/2016 Reapresentado
Receita operacional líquida	19	2.408.356	897.578	2.270.892	814.004
Custos de energia elétrica, construção e operação	20	<u>(1.624.870)</u>	<u>(529.856)</u>	<u>(1.562.903)</u>	<u>(552.391)</u>
Energia elétrica comprada para revenda	21	(1.142.453)	(415.312)	(931.346)	(323.288)
Custo de construção	20	(316.811)	(89.243)	(461.507)	(165.701)
Custo da operação		<u>(165.606)</u>	<u>(25.301)</u>	<u>(170.050)</u>	<u>(63.402)</u>
Lucro bruto		<u>783.486</u>	<u>367.722</u>	<u>707.989</u>	<u>261.613</u>
Despesas com vendas	20	(143.472)	(55.256)	(148.716)	(56.022)
Despesas gerais e administrativas	20	(171.693)	(78.264)	(119.260)	(33.799)
Outras despesas operacionais, líquidas		<u>(35.100)</u>	<u>(10.133)</u>	<u>(37.688)</u>	<u>(17.392)</u>
Total de despesas operacionais		<u>(350.265)</u>	<u>(143.653)</u>	<u>(305.664)</u>	<u>(107.213)</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social		<u>433.221</u>	<u>224.069</u>	<u>402.325</u>	<u>154.400</u>
Receitas financeiras		190.470	80.233	246.255	60.135
Despesas financeiras		<u>(213.747)</u>	<u>(75.897)</u>	<u>(260.796)</u>	<u>(61.567)</u>
Resultado financeiro, líquido	22	<u>(23.277)</u>	<u>4.336</u>	<u>(14.541)</u>	<u>(1.432)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>409.944</u>	<u>228.405</u>	<u>387.784</u>	<u>152.968</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15.3	(37.662)	(19.022)	(36.087)	(14.704)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	15.3	<u>(37.558)</u>	<u>(25.591)</u>	<u>(38.348)</u>	<u>(12.141)</u>
Impostos sobre o lucro		<u>(75.220)</u>	<u>(44.613)</u>	<u>(74.435)</u>	<u>(26.845)</u>
Lucro líquido do período		<u>334.724</u>	<u>183.792</u>	<u>313.349</u>	<u>126.123</u>
Lucro básico por lote de mil ações - R\$		2,03871	1,11943	1,90852	0,76818
Lucro diluído por lote de mil ações - R\$		<u>2,03871</u>	<u>1,11943</u>	<u>1,90852</u>	<u>0,76818</u>
Quantidade de ações no final do período		<u>164.184</u>	<u>164.184</u>	<u>164.184</u>	<u>164.184</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2016 a 30/09/2016
Lucro líquido do período	334.724	183.792	313.349	126.123
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>334.724</u>	<u>183.792</u>	<u>313.349</u>	<u>126.123</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros							Total
	Capital social	Opções outorgadas	Legal	Benefícios fiscais	Reforço de capital de giro	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>840.410</u>	<u>674</u>	<u>18.190</u>	<u>71.020</u>	<u>922.135</u>	<u>95.845</u>	<u>-</u>	<u>1.948.274</u>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	313.349	313.349
Aumento de capital	89.210	-	(18.190)	(71.020)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos a pagar	-	-	-	-	-	(95.845)	-	(95.845)
Saldos em 30 de setembro de 2016	<u>929.620</u>	<u>674</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>922.135</u>	<u>-</u>	<u>313.349</u>	<u>2.165.778</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>929.620</u>	<u>674</u>	<u>19.989</u>	<u>75.709</u>	<u>1.024.285</u>	<u>125.922</u>	<u>-</u>	<u>2.176.199</u>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	334.724	334.724
Aumento de capital	95.698	-	(19.989)	(75.709)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos a pagar	-	-	-	-	-	(125.922)	-	(125.922)
Saldos em 30 de setembro de 2017	<u>1.025.318</u>	<u>674</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.024.285</u>	<u>-</u>	<u>334.724</u>	<u>2.385.001</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	30/09/2017	30/09/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	334.724	313.349
Ajustes para:		
Amortização	126.048	105.275
Baixa de intangível	13.019	15.779
Atualização do ativo financeiro	(29.624)	(59.635)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	141.041	111.993
Perda (ganho) com instrumentos derivativos	18.766	64.927
Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	23.335	32.189
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	39.244	45.457
Atualização e provisão pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	23.019	-
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	(125.981)	(17.791)
Rendimentos de aplicações financeiras	(59.528)	(97.526)
Imposto de renda e contribuição social correntes	37.662	36.087
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.558	38.348
	<u>579.283</u>	<u>588.452</u>
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(110.722)	(72.763)
Contas a receber – bandeiras tarifárias	1.545	5.416
Serviços pedidos	(7.293)	(12.792)
Depósitos judiciais	(9.953)	(14.668)
Estoques	6.655	(9.344)
Impostos e contribuições a recuperar	(2.603)	(10.643)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(205)	6.805
Outros créditos a receber	(41.102)	87
Fornecedores	58.636	(80.580)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	5.659	3.442
Impostos e contribuições a recolher	18.158	25.409
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	2.307	(36.252)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(30.012)	(30.280)
Encargos do consumidor	9.384	(2.601)
Contribuição de iluminação pública	(2.967)	(7.361)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(30.359)	10.956
Participação nos lucros	(7.571)	1.279
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(19.891)	(17.260)
Juros pagos	(112.661)	(112.353)
Impostos e contribuições diferidos	-	-
Outras contas a pagar	(2.045)	18.131
	<u>(275.040)</u>	<u>(335.372)</u>
Caixa utilizado nas atividades operacionais	<u>(275.040)</u>	<u>(335.372)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>304.243</u>	<u>253.080</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo intangível	(308.217)	(452.112)
Resgates /Aplicações financeiras	98.596	349.552
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(209.621)</u>	<u>(102.560)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de instrumentos financeiros derivativos	-	(10.276)
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	75.175	72.846
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(215.030)	(183.206)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(139.855)</u>	<u>(120.636)</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(45.233)</u>	<u>29.884</u>
Demonstração do aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	564.940	310.893
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>519.707</u>	<u>340.777</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(45.233)</u>	<u>29.884</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	30/09/2017	30/09/2016 Reapresentado
Receitas		
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	3.324.147	3.065.222
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(39.244)	(45.457)
Provisão para processos cíveis fiscais e trabalhistas	(19.163)	(13.047)
Outras despesas (receitas) operacionais	(15.077)	(16.079)
Outras despesas (receitas) não recorrentes	<u>(20.023)</u>	<u>(21.609)</u>
	3.230.640	2.969.030
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(1.459.264)	(1.392.853)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(209.695)</u>	<u>(188.830)</u>
	(1.668.959)	(1.581.683)
Valor adicionado bruto	<u>1.561.681</u>	<u>1.387.347</u>
Amortização	<u>(126.048)</u>	<u>(105.277)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>1.435.633</u>	<u>1.282.070</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	171.476	190.994
Outras	<u>(43.458)</u>	<u>(80.431)</u>
	128.018	110.563
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.563.651</u>	<u>1.392.633</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	68.366	74.568
Benefícios	20.199	17.180
FGTS	5.741	6.751
Outros	<u>(10.059)</u>	<u>(14.788)</u>
	84.247	83.711
Tributos		
Federais	500.981	463.282
Estaduais	489.295	404.666
Municipais	<u>735</u>	<u>818</u>
	991.011	868.766
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	138.802	125.103
Aluguéis	2.374	1.704
Outros	<u>12.493</u>	<u>-</u>
	153.669	126.807
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido no período	<u>334.724</u>	<u>313.349</u>
Valor adicionado	<u>1.563.651</u>	<u>1.392.633</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética do Maranhão - CEMAR (“Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Maranhão com 331.937 km², atendendo 2.418.944 consumidores em 217 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da BM&F Bovespa.

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 060/2000, assinado em 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de agosto de 2030, podendo ser renovado por igual período.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

3 Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

3.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR.

Tais demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas sem a apresentação de algumas notas explicativas, já divulgadas na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Desta forma as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 06 de novembro de 2017.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações trimestrais.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no período findo em 30 de setembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6.2** - critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
- **Nota explicativa 10** - critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- **Nota explicativa 11** - cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;
- **Nota explicativa 15** - o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro;
- **Nota explicativa 16** - reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos;e

- **Nota explicativa 23.3** - definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

(i) **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no período da revisão das informações trimestrais, ou no final do exercício das demonstrações financeiras, em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 21.

3.4 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Investimentos de curto prazo mensurados pelo valor justo;
- Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado.

3.5 Retificação de valores correspondentes

As informações trimestrais referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, estão sendo retificadas para refletir nos valores correspondentes do período de 30 de setembro de 2017, a mudança da prática contábil referente a atualização do ativo financeiro da concessão. A Companhia ao rever suas práticas contábeis concluiu que a atualização do ativo financeiro da concessão, anteriormente apresentada na rubrica de receita financeira, está melhor apresentada no grupo de receita operacional.

A Companhia está efetuando as seguintes reclassificações referentes ao período findo em 30 de setembro de 2016, de acordo com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (R1) e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (R3).

(i) *Demonstrações do resultado*

30 de setembro de 2016 (período de 9 meses)		<u>Anteriormente publicado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
Receita operacional líquida	(a)	2.211.257	59.635	2.270.892
Custo da energia elétrica, construção e operação		<u>(1.562.903)</u>	-	<u>(1.562.903)</u>
Lucro bruto		<u>648.354</u>	<u>59.635</u>	<u>707.989</u>
Total de despesas operacionais		<u>(305.664)</u>	-	<u>(305.664)</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social		<u>342.690</u>	<u>59.635</u>	<u>402.325</u>
Receitas financeiras	(a)	339.928	(93.673)	246.255
Despesas financeiras	(a)	<u>(294.834)</u>	<u>34.038</u>	<u>(260.796)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>45.094</u>	<u>(59.635)</u>	<u>(14.541)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>387.784</u>	-	<u>387.784</u>
Impostos sobre o lucro		<u>(74.435)</u>	-	<u>(74.435)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>313.349</u>	<u>-</u>	<u>313.349</u>

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2017

30 de setembro de 2016 (período de 3 meses)		Anteriormente publicado	Reclassificações	Reapresentad o
Receita operacional líquida	(a)	802.151	11.851	814.002
Custo da energia elétrica, construção e operação		<u>(552.392)</u>	-	<u>(552.392)</u>
Lucro bruto		<u>249.759</u>	<u>11.851</u>	<u>261.610</u>
Total de despesas operacionais		<u>(107.212)</u>	-	<u>(107.212)</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social		<u>142.547</u>	<u>11.851</u>	<u>154.398</u>
Receitas financeiras	(a)	81.235	(20.446)	60.789
Despesas financeiras	(a)	<u>(70.814)</u>	<u>8.595</u>	<u>(62.219)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>10.421</u>	<u>(11.851)</u>	<u>(1.430)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>152.968</u>	-	<u>152.968</u>
Impostos sobre o lucro		<u>(26.845)</u>	-	<u>(26.845)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>126.123</u>	-	<u>126.123</u>

(a) Reclassificação do ativo financeiro da concessão, anteriormente apresentado na rubrica de resultado financeiro, para o grupo de receita operacional.

(ii) **Demonstração do valor adicionado**

30 de setembro de 2016	<u>Anteriormente publicado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
Receitas			
Vendas de produtos e serviços	(a) 3.005.587	59.635	3.065.222
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(45.457)	-	(45.457)
Provisão (reversão) de processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(13.047)	-	(13.047)
Outras despesas/receitas operacionais	(16.079)	-	(16.079)
Outras despesas / receitas não recorrentes	(21.609)	-	(21.609)
	2.909.395	59.635	2.969.030
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)			
	(1.581.683)	-	(1.581.683)
Valor adicionado bruto	1.327.712	59.635	1.387.347
Amortização	(105.277)	-	(105.277)
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	1.222.435	59.635	1.282.070
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	190.994	-	190.994
Atualização ativo financeiro	(a) 59.635	(59.635)	-
Outras	(80.431)	-	(80.431)
	170.198	(59.635)	110.563
Valor adicionado total a distribuir	1.392.633	-	1.392.633
Distribuição do valor adicionado			
Empregados	83.711	-	83.711
Tributos	868.766	-	868.766
Remuneração de capitais de terceiros	126.807	-	126.807
Remuneração de capitais próprios	313.349	-	313.349
Valor adicionado	1.392.633	-	1.392.633

(a) Reclassificação da atualização do ativo financeiro da concessão, anteriormente apresentada na rubrica de valor adicionado recebido em transferência, para o grupo de receita

4 Principais políticas contábeis

As informações trimestrais são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, descritas na nota nº 4, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 30 de setembro de 2017.

5 Investimento de curto prazo

	30/09/2017	31/12/2016
Fundos de investimentos (a)	756.481	795.580
Outros	<u>411</u>	<u>380</u>
Total	<u><u>756.892</u></u>	<u><u>795.960</u></u>

- (a) A variação no saldo foi influenciada principalmente pelos investimentos para liquidação de despesas operacionais, juntamente com as atividades de investimento próprios e PLPT e atividades de financiamento.

Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras com classificação de risco acima de - AA e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. As operações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 100,03% em 30 de setembro de 2017 (99,75% em 31 de dezembro de 2016) e classificados como ativos financeiros ao valor justo.

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	30/09/2017	31/12/2016
Contas a receber de consumidores faturados	483.092	456.332
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	148.812	119.743
Parcelamentos (b)	340.250	278.451
Baixa renda e viva luz	37.928	35.807
Outras	25.540	48.913
Total	<u>1.035.622</u>	<u>939.246</u>
(-) Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	<u>(116.790)</u>	<u>(91.892)</u>
Total contas a receber clientes	<u>918.832</u>	<u>847.354</u>
Total circulante	788.961	746.057
Total não circulante	129.871	101.297

(a) Consiste na estimativa de energia fornecida entre a data de leitura e o encerramento do mês, conforme prática estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico de 2015; e

(b) Parcelamentos sobre faturas de energia elétrica, que podem ser efetuados com prazo de até 48 vezes, no entanto a parcela deve ficar em um patamar de até 30% da fatura do cliente. Os parcelamentos possuem juros de 1% a.m. O crescimento de parcelamentos deve-se principalmente às novas ações de combate à inadimplência que foram implementadas a partir de dezembro de 2016 principalmente nos clientes que já possuíam parte da dívida provisionadas em Perdas. Parte destas dívidas foram negociadas com os clientes a medida que eles já não possuíam capacidade de pagar o débito total.

6.2 Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber

	31/12/2016	Provisões adições	Reversões (baixas)	30/09/2017
Contas a receber de consumidores faturados	52.293	37.780	(16.096)	73.977
Parcelamentos	33.600	9.720	(8.112)	35.208
Outras	5.999	8.244	(6.638)	7.605
Total	<u>91.892</u>	<u>55.744</u>	<u>(30.846)</u>	<u>116.790</u>

A constituição da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (critérios mencionados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016).

a. Contas a receber de consumidores faturados

30/09/2017				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	72.847	142.416	26.438	241.701
Industrial	12.268	4.634	4.044	20.946
Comercial	40.564	23.265	6.692	70.521
Rural	7.806	4.749	4.098	16.653
Poder público	26.955	42.376	17.220	86.551
Iluminação pública	7.890	1.495	6.660	16.045
Serviço público	13.466	5.818	11.391	30.675
	<u>181.796</u>	<u>224.753</u>	<u>76.543</u>	<u>483.092</u>

31/12/2016				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	72.015	130.769	29.903	232.687
Industrial	12.671	7.029	6.008	25.708
Comercial	43.862	25.649	8.045	77.556
Rural	7.159	5.251	4.563	16.973
Poder público	61.565	1.433	1.990	64.988
Iluminação pública	15.669	5	660	16.334
Serviço público	21.334	360	392	22.086
	<u>234.275</u>	<u>170.496</u>	<u>51.561</u>	<u>456.332</u>

b. Parcelamentos

30/09/2017				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	166.702	17.948	39.295	223.945
Industrial	4.747	817	3.027	8.591
Comercial	18.389	2.327	6.736	27.452
Rural	6.707	792	1.676	9.175
Poder público	32.565	1.033	2.742	36.340
Iluminação pública	9.030	931	724	10.685
Serviço público	21.155	745	2.162	24.062
	<u>259.295</u>	<u>24.593</u>	<u>56.362</u>	<u>340.250</u>

31/12/2016				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	144.569	14.773	22.952	182.294
Industrial	5.220	855	2.832	8.907
Comercial	18.411	2.333	4.230	24.974
Rural	6.515	581	1.290	8.386
Poder público	23.427	1.878	2.576	27.881
Iluminação pública	7.907	502	101	8.510
Serviço público	15.843	922	734	17.499
	<u>221.892</u>	<u>21.844</u>	<u>34.715</u>	<u>278.451</u>

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

A conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016	Constituição	Baixa	Atualização	Amortizações	30/09/2017
Parcela A						
CDE - conta de desenvolvimento energético	1.155	(19.476)	1.169	(498)	4.514	(13.136)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	5.707	(181)	(377)	238	(5.102)	285
Rede básica	3.616	8.480	(114)	387	(1.309)	11.060
Compra de energia - CVA (a)	98.994	72.483	26.927	15.101	(39.197)	174.308
ESS - encargos do serviço do sistema (b)	(26.309)	(68.900)	(1.076)	(3.386)	16.054	(83.617)
	<u>83.163</u>	<u>(7.594)</u>	<u>26.529</u>	<u>11.842</u>	<u>(25.040)</u>	<u>88.900</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (c)	(883)	55.646	(531)	1.250	1.918	57.400
Exposição financeira (d)	(25.556)	34.158	(27.481)	99	18.780	-
Eletronuclear	103	-	(15)	-	(88)	-
Neutralidade	(15.628)	12.737	2.368	11	6.412	5.900
CEPISA violação do limite de continuidade	75	86	-	(75)	-	86
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	-	(7.518)	-	-	-	(7.518)
Ativo regulatório ANGRA III (e)	-	24.593	-	347	(2.014)	22.926
Outros	1.527	744	(631)	421	(973)	1.088
	<u>(40.362)</u>	<u>120.446</u>	<u>(26.290)</u>	<u>2.053</u>	<u>24.035</u>	<u>79.882</u>
Total	<u>42.801</u>	<u>112.852</u>	<u>239</u>	<u>13.895</u>	<u>(1.005)</u>	<u>168.782</u>
Total circulante	(7.750)					96.107
Total não circulante	50.551					72.675

- (a) Houve uma variação na conta CVA Compra de Energia decorrente do aumento dos custos com os novos contratos vigentes a partir de 2017, acrescido de maiores despesas com o risco hidrológico e efeito disponibilidade que são resultados dos custos repassados as distribuidoras para atendimento do mercado, afetado diretamente pelo cenário em que a situação hidrológica ainda está a baixo do nível esperado, o acionamento de térmicas com PLD elevado se faz necessário, incorrendo em maiores custos.
- (b) O Encargo de Serviço do Sistema está relacionado ao pagamento de Usinas Térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD. A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS para garantir a segurança energética do Sistema. No reajuste anual da Companhia o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior as despesas efetivamente pagas pela empresa, o que no procedimento de modicidade tarifária resulta na devolução via passivo regulatório. Com isso no período findo em 30 de setembro de 2017, a conta de ESS realizou-se abaixo da cobertura tarifária, o que resulta em uma constituição passiva de R\$ 68.900, oriundo do cenário de redução da quantidade de despacho térmico (nota de movimentação da CVA). Acrescenta-se ainda o recebimento de receitas da Conta de Energia de Reserva, CONER.
- (c) No período findo em 30 de setembro de 2016 o PLD teve média de R\$ 82,75 a cada MWh, sendo inferior ao mesmo período em 2017, que teve um preço médio de R\$ 201,66 para cada MWh, e com isso constituindo um componente ativo do ano de 2017; Portanto a sobrecontratação será constituída entre a diferença do PLD e o preço médio de compra da distribuidora, associado a montante negociado ao mercado de curto prazo;
- (d) Após o reajuste de 2017, a ANEEL alterou a forma de contabilizar a exposição financeira colocando-a dentro da compra de energia; e
- (e) Refere-se ao recálculo das tarifas dos agentes de distribuição de maneira a excluir do Encargo de Energia de Reserva (EER) a parcela correspondente à contratação da usina nuclear de Angra III no ano de 2016. Em dezembro de 2015, por meio do Despacho n. 4.043, a ANEEL determinou o não recolhimento do encargo para os anos de 2016 e 2017, devido às obras da usina não terem sido concluídas.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.289, de 22 de agosto de 2017, a ANEEL realizou a revisão tarifária da Companhia, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2017 com vigência até 27 de agosto de 2018.

Neste processo as CVA contabilizadas pela Companhia são validadas devendo ser feito a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia. As tarifas de aplicação da CEMAR ficam em média, reajustadas em 12,88%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia.

As amortizações são resultantes dos Componentes dos Reajustes e Revisões Tarifárias Periódicas. O exercício de 2017 foi influenciado pelos reajustes de 2016 e 2017, cujos componentes tarifários financeiros recebidos foram de R\$ 15.742 negativos e R\$ 113.270 respectivamente. PROINFA, no exercício de 2017, sofreu influencia em parte pelos financeiros recebidos no reajuste de 2016, cujo montante amortizado para o período foi uma receita de R\$ 5.072 e pelos financeiros recebidos no reajuste de 2017, cujo montante foi uma despesa de R\$ 28.

8 Outros créditos a receber

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Valores a recuperar de empregados	1.256	1.230
Adiantamento a fornecedores	3.475	3.470
Alienação de bens e direitos	3.551	4.352
Créditos em conta de energia elétrica	569	663
Despesas pagas antecipadamente	894	894
Arrecadação de convênios (a)	21.372	-
Neutralidade PIS/COFINS (b)	17.944	4.967
Subvenção Descontos Tarifários (c)	8.864	-
Outros créditos a receber	3.243	4.219
Total	<u>61.168</u>	<u>19.795</u>
	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Não circulante		
Caução em garantia	10.293	10.337
Outros créditos a receber	759	986
Total	<u>11.052</u>	<u>11.323</u>

- (a) Referem-se principalmente às taxas administrativas de faturamento da contribuição de iluminação pública;
- (b) Diferenças apuradas entre o PIS/COFINS resultantes da aplicação das alíquotas médias equivalentes sobre a receita do mês de referência e os valores efetivamente arrecadados no mês de vigência da alíquota média equivalente; e
- (c) Referem-se aos valores de subsídio CCEE conforme Nota Técnica da ANEEL nº 226 de 26 de julho de 2017.

9 Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de março de 2008, que aprovou o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Não houve alterações significativas no período em relação às divulgações realizadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 16.000, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2017.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 30 de setembro de 2017:

Conselho de Administração	
Remuneração fixa:	100%
Diretoria	
Remuneração fixa:	35%
Benefícios	1%
Remuneração variável:	64%

Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria paga pela Companhia no período:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	7	8	15
Remuneração Fixa Anual	252	2.294	2.546
Salário ou Pró-labore	252	2.072	2.324
Benefícios diretos e indiretos	-	222	222
Remuneração variável	-	4.601	4.601
Bônus	-	4.601	4.601
Benefícios pós emprego	-	43	43
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor total da remuneração por órgão	252	6.938	7.190

10 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2016	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixas	30/09/2017
Ativo financeiro	1.499.213	28.308	255.978	(7.511)	1.775.988
Obrigações especiais	(451.092)	1.316	(51.853)	5.214	(496.415)
Total	<u>1.048.121</u>	<u>29.624</u>	<u>204.125</u>	<u>(2.297)</u>	<u>1.279.573</u>

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

11 Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

		<u>30/09/2017</u>			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,34%	4.210.298	(1.800.975)	(739.378)	1.669.945
Em curso		<u>349.047</u>	<u>-</u>	<u>(61.430)</u>	<u>287.617</u>
Total		<u>4.559.345</u>	<u>(1.800.975)</u>	<u>(800.808)</u>	<u>1.957.562</u>

		<u>31/12/2016</u>			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,26%	4.027.137	(1.667.477)	(772.205)	1.587.455
Em curso		<u>546.980</u>	<u>-</u>	<u>(144.195)</u>	<u>402.785</u>
Total		<u>4.574.117</u>	<u>(1.667.477)</u>	<u>(916.400)</u>	<u>1.990.240</u>

Movimentação do ativo intangível:

	31/12/2016	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência	30/09/2017
Em serviço	4.027.137	-	(73.909)	257.070	4.210.298
(-) Amortização	<u>(1.667.477)</u>	<u>(171.031)</u>	<u>37.533</u>	<u>-</u>	<u>(1.800.975)</u>
Total em serviço	<u>2.359.660</u>	<u>(171.031)</u>	<u>(36.376)</u>	<u>257.070</u>	<u>2.409.323</u>
Em curso	<u>546.980</u>	<u>315.115</u>	<u>-</u>	<u>(513.048)</u>	<u>349.047</u>
Total em curso	<u>546.980</u>	<u>315.115</u>	<u>-</u>	<u>(513.048)</u>	<u>349.047</u>
Obrigações especiais	(1.273.762)	(6.898)	36.162	51.853	(1.192.645)
(-) Amortização	<u>357.362</u>	<u>44.983</u>	<u>(10.508)</u>	<u>-</u>	<u>391.837</u>
Total em obrigações especiais	<u>(916.400)</u>	<u>38.085</u>	<u>25.654</u>	<u>51.853</u>	<u>(800.808)</u>
Total	<u>1.990.240</u>	<u>182.169</u>	<u>(10.722)</u>	<u>(204.125)</u>	<u>1.957.562</u>

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	30/09/2017	31/12/2016
Obras em andamento	309.727	502.287
Materiais em depósitos	53.935	58.564
Adiantamento a fornecedores	2.400	2.944
Provisão para perdas	<u>(17.015)</u>	<u>(16.815)</u>
Total	<u>349.047</u>	<u>546.980</u>

O intangível em curso teve uma redução em virtude das capitalizações realizadas de obras em andamento, que representa a transferência do ativo intangível em curso, para o ativo intangível em serviço.

12 Fornecedores

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Suprimento de energia elétrica	254.468	155.114
Encargos de uso da rede elétrica	28.966	15.356
Materiais e serviços	<u>80.369</u>	<u>134.697</u>
Total	<u><u>363.803</u></u>	<u><u>305.167</u></u>

13 Empréstimos e financiamentos

		<u>30/09/2017</u>		
	Custo médio da dívida (% a.a.)	<u>Principal e encargos</u>		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	4,43%	257	12.006	12.263
Itaú 4131	3,00%	130.653	-	130.653
Operação Santander	3,00%	<u>131.468</u>	<u>-</u>	<u>131.468</u>
Total moeda estrangeira		<u>262.378</u>	<u>12.006</u>	<u>274.384</u>
Moeda nacional				
Eletrobras	2,87%	24.260	110.952	135.212
IBM	12,64%	611	719	1.330
BNDES	10,17%	124.304	615.092	739.396
Banco do Brasil	12,44%	320.716	3.578	324.294
BNB	8,50%	18.528	43.784	62.312
Caixa	6,00%	2.863	19.709	22.572
Finep	4,00%	1.126	1.682	2.808
Sudene	7,00%	7.570	27.149	34.719
Votorantim	4,50%	<u>473</u>	<u>697</u>	<u>1.170</u>
Subtotal		<u>500.451</u>	<u>823.362</u>	<u>1.323.813</u>
(-) Custo de captação		<u>(1.195)</u>	<u>(2.897)</u>	<u>(4.092)</u>
Total moeda nacional		<u>499.256</u>	<u>820.465</u>	<u>1.319.721</u>
Total		<u><u>761.634</u></u>	<u><u>832.471</u></u>	<u><u>1.594.105</u></u>

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2017

	Custo médio da dívida (%a.a.)	31/12/2016		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	4,41%	119	12.332	12.451
Operação Itaú	3,00%	133.448	-	133.448
Operação Santander	3,00%	133.355	-	133.355
Total moeda estrangeira		<u>266.922</u>	<u>12.332</u>	<u>279.254</u>
Moeda nacional				
Eletrobras	9,43%	47.582	170.600	218.182
IBM	14,69%	1.267	1.086	2.353
BNDES	10,37%	107.707	619.544	727.251
Banco do Brasil	14,89%	32.545	285.021	317.566
BNB	8,50%	18.639	57.372	76.011
Caixa	6,00%	2.878	21.796	24.674
Finep	4,00%	1.128	2.523	3.651
Sudene	7,00%	6.995	30.534	37.529
Votorantim	4,50%	474	1.050	1.524
Subtotal		<u>219.215</u>	<u>1.189.526</u>	<u>1.408.741</u>
(-) Custo de captação		<u>(1.773)</u>	<u>(3.705)</u>	<u>(5.478)</u>
Total moeda nacional		<u>217.442</u>	<u>1.185.821</u>	<u>1.403.263</u>
Total		<u>484.364</u>	<u>1.198.153</u>	<u>1.682.517</u>

Em 30 de setembro de 2017 os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio de 7,86% a.a, equivalente a 96,54% do CDI (de 10,87% a.a, equivalente a 79,74% do CDI, em 31 de dezembro de 2016).

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/09/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	<u>761.634</u>	<u>48%</u>	<u>484.364</u>	<u>29%</u>
2018	55.389	3%	473.560	28%
2019	203.719	13%	199.596	12%
2020	200.516	13%	194.128	12%
2021	122.182	8%	113.691	7%
Após 2021	<u>253.562</u>	<u>16%</u>	<u>220.883</u>	<u>13%</u>
Subtotal	<u>835.368</u>	<u>52%</u>	<u>1.201.858</u>	<u>71%</u>
Custo de captação (Não circulante)	<u>(2.897)</u>	<u>0%</u>	<u>(3.705)</u>	<u>0%</u>
Não circulante	<u>832.471</u>	<u>52%</u>	<u>1.198.153</u>	<u>71%</u>
Total	<u>1.594.105</u>	<u>100%</u>	<u>1.682.517</u>	<u>100%</u>

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	217.440	1.185.822	266.924	12.331	1.682.517
Ingressos	-	75.175	-	-	75.175
Encargos	73.494	1.128	6.580	-	81.202
Varição monetária e cambial	4.534	7.079	(6.635)	(325)	4.653
Transferências	449.546	(449.546)	-	-	-
Amortizações de principal	(181.240)	-	-	-	(181.240)
Pagamentos de juros	(65.050)	-	(4.491)	-	(69.541)
Custo de captação	532	807	-	-	1.339
Saldos em 30 de setembro de 2017	499.256	820.465	262.378	12.006	1.594.105

Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

14 Debêntures

A movimentação das debêntures no período está assim demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	114.982	673.258	788.240
Encargos	45.494	-	45.494
Transferência	93.334	(93.334)	-
Amortização do principal	(33.790)	-	(33.790)
Pagamento de juros	(33.313)	-	(33.313)
Varição monetária	23.544	(16.628)	6.916
Custo de captação	(7)	1.444	1.437
Saldos em 30 de setembro de 2017	210.244	564.740	774.984

Quarta emissão de debêntures

Em 22 de setembro de 2012, encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 280.000, dividido em duas séries de R\$ 101.380 e R\$ 178.620, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia e aumento do capital de giro. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de CDI + 1,08% a. e 2ª série com IPCA + 5,90% a.a. com amortizações semestrais da 1ª série e anuais da 2ª série (primeira amortização em 22 de junho de 2016) com seus respectivos vencimentos em 21 de junho de 2018 e 22 de junho de 2020.

Sexta emissão de debêntures

Em 27 de outubro de 2014, encerrou-se a distribuição pública da 6ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 200.000 em uma única série, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios

de gestão da Companhia. Debêntures contratada com taxa 113,2% CDI, a primeira amortização ocorreu em 13 de outubro de 2017 com vencimento em 14 de outubro de 2019.

Sétima emissão de debêntures

Em 01 de novembro de 2016 encerrou-se a distribuição pública da 7ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 270.000, dividido em duas séries de R\$ 155.000 e R\$ 115.000, destinaram-se, exclusivamente para implementação do programa de investimentos da Companhia. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de IPCA + 5,48% a.a. e 2ª série com IPCA + 5,54% a.a. com amortização bullet e seus respectivos vencimentos em 15 de outubro de 2021 e 15 de outubro de 2023.

As parcelas relativas a debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	30/09/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
Vencimento				
Circulante	210.244	27%	114.982	15%
2018	66.660	9%	180.442	23%
2019	149.770	19%	146.663	19%
2020	83.090	11%	84.584	11%
2021	156.868	20%	155.601	20%
Após 2021	116.386	15%	115.446	15%
Não circulante	<u>572.774</u>	<u>74%</u>	<u>682.736</u>	<u>87%</u>
Custo de captação - Não circulante	(8.034)	-1%	(9.478)	-1%
Total não circulante	<u>564.740</u>	<u>73%</u>	<u>673.258</u>	<u>85%</u>
Total	<u>774.984</u>	<u>100%</u>	<u>788.240</u>	<u>100%</u>

Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos, conforme quadro abaixo:

Covenants debêntures	4ª debêntures	6ª debêntures (a)	7ª debêntures
1º Dívida Líquida/EBITDA regulatório: <=3,25	1,16	1,16	1,16
2º EBITDA regulatório/Desp. Financ Líquida: >=1,5	19,3	N/A	19,3

(a) Na 6ª emissão debêntures não há exigência contratual para o cálculo do 2º índice.

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32- Tributos sobre o lucro.

Composição dos créditos e débitos de impostos de renda e contribuição social diferidos

(i) *Composição dos tributos diferidos*

	30/09/2017	31/12/2016
IRPJ prejuízos fiscais (a)	129.385	132.544
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	<u>(356.057)</u>	<u>(318.500)</u>
Total	<u><u>(226.672)</u></u>	<u><u>(185.956)</u></u>

- (a) Em 31 de maio de 2017 a Companhia optou pela quitação de débitos no âmbito parcelamento federal denominado Programa de Regularização Tributária - PRT, instituído pela Medida Provisória 766/2017 e Instrução Normativa RFB nº 1.687/2017, momento em que foi compensando R\$ 3.159 com prejuízos fiscais.

(ii) *Composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias*

	30/09/2017	31/12/2016
Provisão para contingências	32.650	31.273
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	34.902	31.243
Tributos com exigibilidade suspensa	7.667	5.848
Depreciação acelerada	(345.870)	(336.233)
Custo de captação e atualização do ativo financeiro	(38.509)	(29.397)
SWAP	(14.442)	(17.488)
Outras despesas não dedutíveis	<u>(32.455)</u>	<u>(3.746)</u>
Total	<u><u>(356.057)</u></u>	<u><u>(318.500)</u></u>

15.1 Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2021, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2019	2020	2021	Total
Impostos diferidos	53.610	58.086	20.848	132.544

A Companhia realizou R\$ 3.159 de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no período findo em 30 de setembro de 2017, pois tem optado pela realização dos benefícios fiscais da depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2017.

15.2 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016, está demonstrada a seguir:

	30/09/2017		30/09/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	409.944	409.944	387.784	387.784
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	102.486	36.895	96.946	34.901
Adições :				
Provisão para contingências	23.847	8.585	22.615	8.142
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	29.198	10.511	19.190	6.908
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética P&D	-	-	18.948	6.821
Variação de SWAP	15.015	5.406	36.806	13.250
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	7.820	2.815	7.911	2.848
Provisão para recuperação de ativos	4.253	1.531	4.129	1.486
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro	2.653	955	11.219	4.039
Outras provisões	8.368	3.019	5.497	1.979
	<u>91.154</u>	<u>32.822</u>	<u>126.315</u>	<u>45.473</u>
Exclusões:				
Reversões de provisões, reposicionamento tarifário diferido e ativos regulatórios				
Provisão para contingências	(22.835)	(8.220)	(18.883)	(6.798)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(26.507)	(9.543)	(22.399)	(8.064)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética e M.M.M	-	-	(16.194)	(5.830)
Variação de SWAP	(12.776)	(4.599)	(23.144)	(8.332)
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(9.725)	(3.501)	(7.603)	(2.737)
Provisão para recuperação de ativos	(531)	(191)	(3.904)	(1.405)
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(9.354)	(3.367)	(25.695)	(9.250)
Depreciação acelerada	(38.548)	-	(41.567)	-
Outras provisões	(7.314)	(2.634)	(5.216)	(1.871)
	<u>(127.590)</u>	<u>(32.055)</u>	<u>(164.605)</u>	<u>(44.287)</u>
IRPJ e CSLL	<u>66.050</u>	<u>37.662</u>	<u>58.656</u>	<u>36.087</u>
Incentivo PAT	(1.321)	-	(1.139)	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>64.729</u>	<u>37.662</u>	<u>57.517</u>	<u>36.087</u>
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	<u>16%</u>	<u>9%</u>	<u>15%</u>	<u>9%</u>
Ativo fiscal diferido	37.820	(262)	39.200	(852)
(-) IRPJ subvenção governamental	(64.729)	-	(57.517)	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>37.820</u>	<u>37.400</u>	<u>39.200</u>	<u>35.235</u>
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	<u>9%</u>	<u>9%</u>	<u>10%</u>	<u>9%</u>

Em 30 de setembro de 2017, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 80.020 (R\$ 42.384 em 30 de setembro de 2016).

16 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	30/09/2017		31/12/2016	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	40.734	18.128	42.312	17.487
Fiscais	25.200	24.787	16.633	16.131
Trabalhistas	14.638	10.426	19.278	9.770
Regulatórias	14.851	-	13.756	-
Total	95.423	53.341	91.979	43.388
Circulante	34.735	11.547	35.829	18.629
Não circulante	60.688	41.794	56.150	24.759

Movimentação dos processos no período

	31/12/2016		30/09/2017			
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	42.312	30.901	(29.806)	(10.259)	7.586	40.734
Fiscais	16.633	8.565	-	-	2	25.200
Trabalhistas	19.278	196	1.350	(5.212)	(974)	14.638
Regulatórias	13.756	-	-	(167)	1.262	14.851
Total	91.979	39.662	(28.456)	(15.638)	7.876	95.423

- (1) Gastos efetivos com contingências judiciais.
(2) Reversões realizadas no período.
(3) Atualizações monetárias.

Cíveis

A Companhia figura como ré em 14.818 processos cíveis (14.367 processos em 2016), sendo que 9.869 tramitam em Juizados Especiais (9.932 processos em 2016), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 84.901 (R\$ 98.447 em 31 de dezembro de 2016) para as quais não foi constituída provisão.

Fiscais

A Companhia figura como ré em 110 processos fiscais (72 processos em 2016), nenhum avaliado com possibilidade de perda provável.

Em 01 de abril de 2015 entrou em vigor o decreto n. 8.426/2015 que restabeleceu as alíquotas de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia entende que esse decreto não somente cometeu violação clara ao princípio da legalidade em matéria tributária, mas também ao princípio da não cumulatividade e ao disposto no art. 195, §§ 9º e 12, da Constituição Federal. Diante disso a Companhia optou por provisionar e depositar em juízo os valores apurados, no montante de R\$ 8.565 (R\$ 16.555 em 31 de dezembro de 2016).

Além dos processos provisionados acima, existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível no montante de R\$ 29.950 (R\$ 30.086 em 31 de dezembro de 2016) para as quais não foi constituída provisão.

Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Taxa de Iluminação Pública, Portarias DNAEE e Quebra de Contrato, na esfera civil, execução fiscal de COFINS na esfera fiscal e, reclamações trabalhistas na esfera trabalhista.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado no “circulante”. Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado no “não circulante”.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 466 reclamações ajuizadas (509 reclamações em 2016) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Além dos processos provisionados, existem outros processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 12.035 (R\$ 12.854 em 31 de dezembro de 2016) para as quais não foram constituídas provisões.

Regulatórias

O valor corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas na CEMAR, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital subscrito em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 1.025.318 (R\$ 929.620 em 31 de dezembro de 2016) e sua composição por classe de ações e principais acionistas está assim demonstrada:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Total	%
Equatorial Energia	105.120.627	768.695	1.008.683	106.898.005	65,11%
Eletrobrás	54.017.048	459.387	609.069	55.085.504	33,55%
Outros	2.181.264	11.149	7.977	2.200.390	1,34%
Total	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899	100%

De acordo com o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 1.500.000, mediante a emissão de novas ações ordinárias, cuja a quantidade não é prevista em estatuto. Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art. 172 da lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) para as de classe “A” e 10% (dez por cento) para as de classe “B”, calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do período a que se referir o dividendo.

Em 7 de março de 2017 foi proposto pelo Conselho de Administração, e aprovado em Assembleia em 26 de abril de 2017, o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 95.698, mediante capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal da SUDENE no valor de R\$ 75.709, e 100% da reserva legal no valor de R\$ 19.989. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social.

18 Receita operacional

Em 30 de setembro de 2017 e 2016, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

	30/09/2017		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	2.163.485	2.300.950	1.377.969
Industrial	8.193	322.387	117.970
Comercial	155.959	906.111	515.007
Rural	59.513	135.083	57.771
Poder público	23.593	283.140	174.941
Iluminação pública	1.117	318.374	120.816
Serviço público	6.781	213.349	97.221
Consumo próprio	303	6.622	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	19.404
Suprimento CCEE	-	-	10.745
Baixa renda	-	-	148.136
Subvenção CDE - Outros	-	-	50.413
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(9.415)
Receita de construção	-	-	316.811
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros (a)	-	-	258.092
Atualização do ativo financeiro	-	-	29.624
Outras	-	-	38.642
Total	2.418.944	4.486.016	3.324.147

	30/09/2016		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	2.086.755	2.303.549	1.194.999
Industrial	8.443	341.668	130.471
Comercial	154.278	926.524	518.191
Rural	59.233	148.839	50.302
Poder público	23.496	279.792	189.187
Iluminação pública	1.037	328.582	108.563
Serviço público	6.485	218.688	65.934
Consumo próprio	307	6.561	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	4.167
Subvenção CDE - Outros	-	-	39.841
Suprimento CCEE	-	-	47.006
Baixa renda	-	-	134.721
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(1.293)
Receita de construção	-	-	461.507
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros (a)	-	-	37.985
Atualização do ativo financeiro ¹	-	-	59.635
Outras	-	-	24.006
Total	2.340.034	4.554.203	3.065.222

- (a) Compreende os custos relacionados aos encargos setoriais, definidos em legislação específica, às atividades de transmissão e às de geração de energia elétrica, inclusive a geração própria. O ano de 2017 foi afetado diretamente pelo cenário em que a situação hidrológica ainda está abaixo do nível esperado, causando o acionamento de térmicas valoradas ao PLD, incorrendo maiores custos. A Compra de Energia contribuiu para o aumento desse item, motivado pelo aumento dos custos com os novos contratos vigentes a partir de 2017, acrescido de aumento do custo com o risco hidrológico e efeito disponibilidade que são resultados dos custos repassados as distribuidoras para atendimento ao mercado.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

¹ Para o período de 2017 a Companhia ao rever suas práticas contábeis concluiu que a atualização do ativo financeiro da concessão, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, está melhor apresentada no grupo de receita operacional.

19 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	30/09/2017	30/09/2016
Fornecimento de energia elétrica	<u>2.908.921</u>	<u>2.468.902</u>
Receita de distribuição	2.536.607	2.344.509
Remuneração financeira WACC	63.809	46.567
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	258.092	37.985
Subvenção CDE - Outros	50.413	39.841
Suprimento de energia elétrica (b)	10.745	47.006
Receita pela disponibilidade - uso da rede ²	19.404	4.167
Receita de construção (c)	316.811	461.507
Atualização do ativo financeiro	29.624	59.635
Outras receitas	<u>38.642</u>	<u>24.005</u>
Receita operacional	<u>3.324.147</u>	<u>3.065.222</u>
ICMS sobre venda de energia elétrica	(489.295)	(404.666)
PIS e COFINS	(249.750)	(198.543)
Encargos do consumidor	(23.882)	(22.796)
ISS	(735)	(818)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	<u>(152.129)</u>	<u>(167.507)</u>
Deduções à receita operacional	<u>(915.791)</u>	<u>(794.330)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>2.408.356</u></u>	<u><u>2.270.892</u></u>

- (a) Compreende os custos relacionados aos encargos setoriais, definidos em legislação específica, às atividades de transmissão e às de geração de energia elétrica, inclusive a geração própria. O ano de 2017 foi afetado diretamente pelo cenário em que a situação hidrológica ainda está abaixo do nível esperado, causando o acionamento de térmicas valoradas ao PLD, incorrendo maiores custos. A Compra de Energia contribuiu para o aumento desse item, motivado pelo aumento dos custos com os novos contratos vigentes a partir de 2017, acrescido de aumento do custo com o risco hidrológico e efeito disponibilidade que são resultados dos custos repassados as distribuidoras para atendimento ao mercado.
- (b) As operações de curto prazo estão relacionadas a energia comercializada no MCP (Mwh) e o preço de liquidação da diferença, o PLD. Neste período devido a situação hidrológica do país, o PLD atingiu o patamar máximo de 521,83 elevando as despesas de curto prazo. Adicionalmente a exposição financeira teve uma variação de preços entre os submercados o que gerou uma despesa financeira em virtude da diferença dos PLD Norte em relação ao demais submercados.
- (c) A receita de construção dos ativos da concessão sofreu uma redução em comparação com o mesmo período do ano anterior em função da redução dos investimentos em obras e melhorias; ampliação; conservação e manutenção das redes de distribuição; linhas de subtransmissão e subestações executadas na área de concessão.

² Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o período atual, a Companhia reclassificou valores que estavam na rubrica "Outras" para as rubricas "Receita pela disponibilidade – Uso da rede".

20 Custo do serviço e despesas operacionais

30/09/2017				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	20.674	19.487	44.086	84.247
Material	5.078	2.193	1.071	8.342
Serviços de terceiros	71.586	80.298	47.455	199.339
Energia elétrica comprada para revenda	1.056.928	-	-	1.056.928
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	85.525	-	-	85.525
Custo de construção	316.811	-	-	316.811
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	39.244	-	39.244
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	19.163	19.163
Amortização	66.845	-	59.202	126.048
Arrendamento e aluguéis	691	1.603	80	2.374
Outros	732	647	635	2.014
Total	1.624.870	143.472	171.693	1.940.035

30/09/2016				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	24.043	20.634	39.034	83.711
Material	2.251	1.105	688	4.044
Serviços de terceiros	57.221	79.362	46.000	182.583
Energia elétrica comprada para revenda	864.167	-	-	864.167
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	67.179	-	-	67.179
Custo de construção	461.507	-	-	461.507
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	45.457	-	45.457
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas e regulatórios	-	-	13.047	13.047
Amortização	85.260	-	20.017	105.277
Arrendamento e aluguéis	726	1.585	119	2.430
Outros	549	573	355	1.477
Total	1.562.903	148.716	119.260	1.830.879

21 Energia elétrica comprada para revenda

	GWh(*)		R\$	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Energia de leilão	3.346	3.440	646.904	645.776
Contratos Eletronuclear	153	153	34.672	30.850
Contratos cotas de garantias (a)	1.793	2.185	109.098	135.725
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	-	(13.912)	33.115
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(293)	359.548	78.381
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	107	104	29.794	29.997
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	85.525	67.179
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(109.176)	(89.677)
Total	5.399	5.589	1.142.453	931.346

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

- (a) A despesa dos contratos de cotas garantias refere-se à energia decorrente do rateio da garantia física e de potência das usinas cujas concessões foram prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783, de 2013. A alocação das cotas às concessionárias de distribuição de energia é estabelecida conforme regulamento da ANEEL. No período findo em 30 de setembro de 2017, a quantidade contratada é menor que a quantidade em 2016, o que resulta em uma menor despesa, mesmo com o preço médio de R\$ 62,12 a cada MW ,maior que 2016. Logo o efeito do preço é menor do que o efeito da redução da quantidade contratada.
- (b) A variação é oriunda das receitas recebida da conta da Energia de Reserva ,CONER - Conta de Energia de Reserva, no cenário em que o PLD está acima do preço da energia de reserva, a operação gera superávit, que é repassado para as distribuidoras. Essas receitas nos últimos meses foram maiores que a despesa com o ESS, referente aos maiores despachos térmicos para atendimento do Sistema Elétrico.
- (c) No período findo em 30 de setembro de 2017 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) PLD utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este período ficou em R\$ 201,66 por MWh; ii) Contratos de energia de 2017 negociados no mercado de curto prazo.

22 Resultado financeiro líquido

	30/09/2017	30/09/2016
Receitas financeiras		
Rendas financeiras	99.881	127.738
Valores a receber/devolver parcela A	26.351	15.466
Acréscimo moratório de energia vendida	52.332	50.941
Variação monetária e cambial da dívida (a)	18.984	55.251
PIS/COFINS sobre receita financeira	(8.564)	(9.321)
Outras receitas financeiras ³	1.486	6.180
	<hr/>	<hr/>
Total de receitas financeiras	190.470	246.255
	<hr/>	<hr/>
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	(12.456)	(10.377)
Operações com instrumentos financeiros derivativos(b)	(18.766)	(64.926)
Variação monetária e cambial da dívida (a)	(30.553)	(26.619)
Encargos da dívida	(126.696)	(140.348)
Atualização de eficientização e contingências	(10.243)	(10.098)
Despesa financeira de AVP	-	(3)
Juros, multas s/ operação de energia	(2.687)	(636)
Descostos concedidos	(1.096)	(179)
Outras despesas financeiras	(11.250)	(7.610)
	<hr/>	<hr/>
Total de despesas financeiras	(213.747)	(260.796)
	<hr/>	<hr/>
Resultado financeiro líquido	(23.277)	(14.541)
	<hr/>	<hr/>

- (a) O principal efeito refere-se a variação cambial, derivado do aumento do dólar em 2017 de 1,5%, saindo de R\$ 3,26 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3,31 em 30 de setembro de 2017, contra uma queda do dólar em 2016 de 17,8%, saindo de R\$ 3,90 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3,21 em 30 de setembro de 2016.
- (b) Refere-se principalmente à contratação de operações de Swap, que trocam Dólar + spread por CDI + spread. No período findo em 30 de setembro de 2017 tivemos despesa líquida de Swap no valor de R\$ 3.820, devido a receita pelo aumento do dólar em 2017 de 1,5% (ponta ativa, vide nota a) ser inferior a despesa com o CDI acumulado no ano em 5,65% (ponta passiva), contra uma despesa líquida de Swap em 2016 no valor de 64.458, devido a despesa pela queda do dólar de 17,80% (ponta ativa) somado a despesa com o CDI acumulado no ano em 6,72% (ponta passiva); e

23 Instrumentos financeiros

23.1 Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

³ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o período atual, a Companhia reclassificou valores que estavam na rubrica "Juros ativos" para Outras receitas financeiras".

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

23.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo.

23.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2017		31/12/2016	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	519.707	519.707	564.940	564.940
Investimentos de curto prazo	Ativos financeiros ao valor justo	756.892	756.892	795.960	795.960
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	918.832	918.832	847.354	847.354
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	53.341	53.341	43.388	43.388
Instrumentos financeiros derivativos	Ativos financeiros ao valor justo	51.103	51.103	60.062	60.062
Ativo financeiro de concessão	Empréstimos e recebíveis	1.279.573	1.279.573	1.048.121	1.048.121
Total do ativo		<u>3.579.448</u>	<u>3.579.448</u>	<u>3.359.825</u>	<u>3.359.825</u>

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2017		31/12/2016	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Empréstimos e recebíveis	363.803	363.803	305.167	305.167
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	1.594.105	1.590.012	1.682.517	1.682.517
Debêntures	Empréstimos e recebíveis	774.984	833.772	788.240	781.160
Total do passivo		<u>2.732.892</u>	<u>2.787.587</u>	<u>2.775.924</u>	<u>2.768.844</u>

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como empréstimos e recebíveis. Nível 1 na hierarquia de valor justo.
- **Investimentos de curto prazo** - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2.
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

- **Depósitos judiciais** - são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como empréstimos e recebíveis, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como empréstimos e recebíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como empréstimos e recebíveis e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Debêntures** - são classificadas como empréstimos e recebíveis e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e tem como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

23.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui *Swap* com os bancos Itaú e Santander referentes às operações em moeda estrangeira, com seus respectivos vencimentos em 23 de outubro de 2017 e 10 de outubro de 2017. Em 30 de setembro de 2017, os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira dos bancos Santander e Itaú são respectivamente R\$ 131.468 e R\$ 130.653.

De acordo com o CPC 40(R1), apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas	Objetivo de hedge de risco de mercado	Indexadores	Valor justo	
			30/09/2017	31/12/2016
Santander				
Ponta ativa		US\$	130.683	134.158
Ponta passiva		CDI	(105.204)	(104.110)
Total			25.479	30.048
Itaú				
Ponta ativa		US\$	130.518	133.785
Ponta passiva		CDI	(104.894)	(103.771)
Total			25.624	30.014
Total			51.103	60.062

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o swap seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

23.5 Gerenciamento dos riscos financeiros - Instrução CVM nº 475

Para o período de 30 de setembro de 2017 não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

(i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência, é realizado anualmente workshop de cobrança para identificação dos principais grupos de inadimplentes e tomadas de decisões estratégicas para combatê-los. Periodicamente o comitê de cobrança acompanha a execução e eficiência de todas as decisões tomadas no workshop. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

(ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez

é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas 12 e 13.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(iii) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco de taxa de cambio

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Parte do passivo financeiro da Companhia estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição da Companhia ao câmbio é de 11,6% de sua dívida. A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui três dívidas em moeda estrangeira, sendo que duas delas, que representam 95,5% da exposição cambial, possuem *SWAP* para proteção contra as oscilações de câmbio e outra dívida possui uma caução em dólar para proteção contra as oscilações de câmbio, tem baixa representatividade no endividamento global desta controlada e é derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de setembro de 2017 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial (R\$ Mil)						
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	1.433	3.174	4.914	(308)	(2.048)
Referência para passivos financeiros		Taxa em 30/09/2017	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$ (%12 meses)		3,82	3,96	4,75	2,38	1,58

Fonte: Santander

(v) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas 11 (Empréstimos e financiamentos) e 12 (Debêntures).

(vi) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários. Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de setembro de 2017 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

30/09/2017						
Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)						
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	99.881	124.852	149.822	74.911	49.941
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(74.325)	(91.371)	(108.417)	(57.279)	(40.233)
	SELIC	(17.075)	(20.990)	(24.905)	(13.159)	(9.244)
	TJLP	(33.017)	(40.696)	(48.374)	(25.339)	(17.660)
	IGP-M	(4.926)	(6.110)	(7.294)	(3.742)	(2.558)
	IPCA	(24.719)	(30.624)	(36.529)	(18.814)	(12.909)

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa em				
	30/09/2017	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	9,01	11,26	13,51	6,75	4,50
SELIC (% 12 meses)	9,03	11,28	13,54	6,77	4,51
TJLP (% 12 meses)	7,50	9,37	11,25	5,62	3,75
IGP-M (% 12 meses)	4,01	5,02	6,02	3,01	2,01
IPCA (% 12 meses)	4,65	5,81	6,98	3,49	2,33

Fonte: Santander

Impacto da sensibilidade no resultado da Companhia é conforme demonstrado a seguir:

Cenários	Impacto no resultado
Cenário provável	-
Cenário II	(8.206)
Cenário III	(16.412)
Cenário IV	8.206
Cenário V	16.413

(vii) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

(viii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta ao critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

23.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida líquida / EBITDA
- Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)
- Dívida de curto prazo / dívida total

No período findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

24 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2017	257.527
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2017	7.000
Riscos diversos	31/12/2017	1.095
Seguro garantia judicial	(a)	61.556
Seguro garantia leilão de energia	(b)	79
Automóvel	31/12/2017	(c)

(a) Apólices vigentes até agosto 2020.

(b) Apólices vigentes até dezembro de 2018.

(c) 128 veículos próprios segurados, de acordo com a tabela FIPE.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações trimestrais e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25 Eventos subsequentes

Oitava emissão de debêntures

Em 15 de setembro de 2017, a Companhia realizou a oitava emissão de debêntures, com liquidação realizada em 13º de outubro de 2017, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em uma série, no montante total de R\$500.000, sendo o vencimento em 15 de setembro de 2022, oferta que foi objeto de registro na CVM em 11 de outubro de 2017.

* * *

Conselho de Administração

Marcos Antônio Lopes Freixo Filho

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Oscar Alfredo Salomão Filho

José Silva Sobral Neto

Lídce Almeida Silva

Augusto Miranda da Paz Júnior

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi

Saulo Tarso A. Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Francisco Diassis Duarte de Lima

Helena Lopes Basil

Diretoria Executiva

Augusto Dantas Borges
Diretor Presidente

Carla Ferreira Medrado
Diretor

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Humberto Soares Filho
Diretor

José Jorge Leite Soares
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Sérgio Sousa Maia Malbouisson de Melo
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA